

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.832 - MG (2019/0133214-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FARMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
ADVOGADOS : DAVID GONÇALVES DE ANDRADE SILVA - MG052334
DANIELA APARECIDA FAUSTINO - MG142517
MATHEUS LARA NOGUEIRA DE MENEZES - MG115530
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : EDER SOUSA E OUTRO(S) - MG062628
INTERES. : W & E CONSULTORIA EM LOGITICA INTEGRADA LTDA
INTERES. : MINASMIX ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA
INTERES. : DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LEGACY LTDA
INTERES. : FOCO DISTRIBUIDORA LTDA
INTERES. : MAIS MEDICAMENTOS LTDA
INTERES. : W COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS S A
INTERES. : WOLBER EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA
INTERES. : TRANSPORTADORA SB EIRELI
INTERES. : IMOBILIARIA CANARINHO LTDA
INTERES. : VIXBHZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
INTERES. : EIRE SALOMÃO BARBOSA SILVA
INTERES. : DANIEL ANGELO DE LIMA
INTERES. : HARIEL SALOMAO DE PAULA
INTERES. : LUCIANA DE PAULA DIAS
INTERES. : MATHEUS LARA NOGUEIRA DE MENEZES
INTERES. : SALOMÃO E SILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FARMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO CAUTELAR FISCAL SOCIEDADE EMPRESARIAL INDISPONIBILIDADE DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA ESTRITA LIGAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA COM O CONTROLADOR DO SUPOSTO GRUPO ECONÔMICO INDISPONIBILIDADE SOBRE OS BENS CIRCULANTES DA SOCIEDADE PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA AUSÊNCIA DE PROVA DE EFETIVO COMPROMETIMENTO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS FORTES INDÍCIOS DE FRAUDE CONTRA O PODER PÚBLICO DECISÃO MANTIDA

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente